

SEMINÁRIO “RIO DE JANEIRO: CAPITAL E CAPITALIDADE”

O RIO DE JANEIRO CONTINUA SENDO?

Marly Silva da Motta*

O Rio de Janeiro continua lindo,
O Rio de Janeiro continua sendo,
O Rio de Janeiro, fevereiro e março,
Alô, alô, Realengo, aquele abraço,
Alô, torcida do Flamengo,
Aquele abraço.
(*Aquele abraço*, Gilberto Gil)

Em entrevista à revista *Domingo*, suplemento do *Jornal do Brasil* de 12 de julho de 1993, o compositor baiano explicava que a música *Aquele abraço*, composta no final dos anos 60, era uma manifestação de fé nas coisas que, apesar da dura repressão política que vigorava à época no Brasil, “ainda continuavam a ser”. “O Rio de Janeiro continua sendo” era, assim, uma aposta no papel da cidade que, mesmo não sendo mais a capital federal, e sim o estado da Guanabara, ainda era o “tambor” do país.

O Rio de Janeiro continua sendo...: de cidade-capital a estado da Guanabara foi o título da minha tese de doutorado defendida em 1997. O objetivo central do trabalho era compreender por que, quatro décadas depois de ter deixado de ser a capital do país, e apesar de “esvaziada dos principais signos que sustentavam a sua *capitalidade*”, a cidade do Rio de Janeiro ainda hoje tem como um dos fundamentos de sua identidade política a tradição de ser a “caixa de ressonância dos problemas nacionais”. Para responder a essa questão, escolhi como objeto de análise um momento especialmente significativo do longo processo de definição da identidade do Rio de Janeiro: o da perda da condição de capital, ou seja, o da transformação da cidade, de Distrito Federal, em estado da Guanabara. O objetivo era

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense; pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

acompanhar a trajetória da cidade-capital imperial e republicana em busca de uma identidade de estado capaz de lhe garantir uma nova inserção no conjunto federativo.¹

Rio de Janeiro, cidade-capital

A memória da *capitalidade*, ou seja, da função de representar a unidade e a síntese da nação, foi transformada em uma tradição única e exclusiva da cidade do Rio de Janeiro, marcando, simultaneamente, o que lhe é próprio e o que a separa das outras regiões do país.² O tema das relações entre memória coletiva e identidade social tem sido bastante explorado na produção acadêmica.³ Como referências para a análise do caso específico do Rio de Janeiro, utilizei as noções de “enquadramento da memória”, de Michael Pollak,⁴ e de “memória dividida”, de Alessandro Portelli.⁵ Defendendo a idéia de que a memória coletiva é um campo de disputa, Pollak e Portelli chamam a atenção para a necessidade de um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória, no sentido de fixação de um quadro de referências capaz de estabelecer a coesão e a identificação de um grupo. Isso não significa, no entanto, a simples constituição de uma dicotomia entre uma “memória dominante”, que teria conseguido impor a sua versão do passado ao grupo, e uma “memória dominada”, condenada ao silêncio e ao esquecimento. Como bem observa Portelli, “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.”⁶

O passado de capital do Rio de Janeiro é um campo interessante para se observar as disputas em torno do enquadramento de uma memória dividida. Apesar de comungarem a crença de que a *capitalidade* é o elemento definidor da cidade, aquilo que a diferencia de

¹ Estamos adotando os conceitos de cidade-capital e de *capitalidade* tal como desenvolvidos por ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skira, 1984. No Brasil, esses conceitos foram divulgados por NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia, 1991.

² Sobre a transformação do passado em tradição, ver HOBSBAWM, Eric. "Introdução: a invenção das tradições". In: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³ Citaria, entre outros, LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990; POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 5 (10):200-215, 1992; BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

⁴ Além dos trabalhos acima citados, ver também POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2 (3):3-15, 1989.

⁵ PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

⁶ PORTELLI, Alessandro. op. cit., p. 106.

todas as outras, os diversos analistas da política carioca divergem, no entanto, sobre o caráter dessa influência. Em outras palavras, o fato de ter sido capital teve efeitos positivos ou negativos sobre o Rio de Janeiro?

Uma linha de análise, privilegiada principalmente por políticos, jornalistas e empresários, enfatiza que aos “anos dourados” representados pelo período em que foi o cérebro e o coração do país, seguiram-se os “anos de chumbo”, marcados por drásticas mudanças de estatuto político e administrativo que levaram a cidade à condição de estado da Guanabara e depois de município do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome. Ao glorioso passado de centro político e cultural do país teria sucedido o presente de decadência. Daí as propostas de retorno da capital para o Rio de Janeiro que volta e meia aparecem como solução para o que se costumou chamar de “crise” da cidade. Estou-me referindo ao movimento “Rio-Capital”, que, por ocasião da realização da Conferência Rio-92, levantou a bandeira da volta da capital para o Rio de Janeiro.⁷

No lado oposto, uma outra corrente interpretativa, produzida sobretudo no meio acadêmico, considera que o pecado original do Rio de Janeiro foi ter sido capital por tanto tempo. A excessiva dependência do governo central teria impedido que a cidade se preparasse devidamente para resolver os seus problemas de forma autônoma, melhor maneira de produzir cidadãos e governos responsáveis. Dessa forma, a *capitalidade* do passado teria deixado no Rio de Janeiro a marca da irresponsabilidade, da dependência e da desordem, cujos efeitos se fariam sentir até hoje.⁸

Essas interpretações opostas sobre o significado da *capitalidade* do Rio de Janeiro não se restringem, no entanto, a entender especificamente a crise da cidade. Considerado “vitrine da nação”, o Rio de Janeiro teria servido de exemplo para o próprio país, tornando-se um modelo daquilo que o Brasil foi, ou deveria ter sido. Ou seja, também no que toca ao papel do Rio-capital na configuração da sociedade brasileira a memória se divide. De um lado, estão aqueles que relacionam o fim dos “anos dourados” à transferência da capital do “politizado” Rio de Janeiro para uma Brasília “ilha da fantasia oculta e isolada”, o que teria favorecido tanto o fortalecimento da ditadura militar quanto os desmandos do governo

⁷ Uma boa síntese dos argumentos dessa corrente está no artigo do então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, “Nosso sonho é ser Distrito Federal”. *Jornal do Brasil*, 16/6/1992.

⁸ O exemplo mais acabado dessa interpretação é o trabalho de CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Collor.⁹ Outros, por sua vez, consideram que os “vícios” da condição de capital teriam impedido, de uma só vez, o efetivo engajamento do povo carioca na política formal e a constituição de uma verdadeira democracia representativa no país. O Rio de Janeiro representaria o modelo mais acabado da “República que não foi”, como diz José Murilo de Carvalho.

Meu objetivo não é provar qual dessas memórias sobre a *capitalidade* da cidade se aproxima mais da verdade, e sim compreender em que medida esse passado de capital influenciou – e ainda influencia – a identidade política carioca. Nesse sentido, acredito que tanto o processo de transformação do Distrito Federal em estado da Guanabara, quanto o desenho político-jurídico do novo estado e sua inserção no quadro federativo, ligaram-se, ao mesmo tempo, em duas sintonias: no passado de capital do Rio de Janeiro e nos interesses mais imediatos da conjuntura política.

Que será do Rio?

São vários os estudos que consideram as discussões sobre mudança de capital um dos componentes mais complexos dos momentos de transformação histórica. Para Marshall Berman,¹⁰ o estabelecimento da capital do Império Russo em São Petersburgo representou, em termos físicos e simbólicos, a abertura de uma janela para a Europa. Planejada por arquitetos europeus com um padrão arquitetônico de desenho retilíneo e geométrico, sem precedentes no Império, mas utilizado no Ocidente desde a Renascença, a nova capital deveria ser o símbolo da determinação da Rússia em ser “moderna”. Em contraposição, pois, à “velha” Moscou, berço das antigas tradições e guardiã da fé religiosa, São Petersburgo deveria ser o lar da “nova” cultura russa, secular e oficial. Desse modo, a nova capital teria representado, no movimento pendular da sociedade russa, o momento em que balança se inclinou favoravelmente à ocidentalização como a via capaz de transportar os russos em direção ao futuro.

No caso brasileiro, existe uma bibliografia preocupada em refletir sobre a transferência da capital para Brasília. Três trabalhos devem ser especialmente citados, já que deram ao tema abordagens e enfoques diferenciados. Filiado à corrente de uma

⁹ MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. “A síndrome de Brasília”. *Jornal do Brasil*, 4/12/1993.

¹⁰ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

“antropologia da sociedade moderna”, James Holston, em *A cidade modernista*, voltou-se para o estudo de Brasília “como exemplo de um processo moderno de construção nacional e do próprio modernismo”.¹¹ Brasília teria sido construída para ser mais do que o símbolo de uma nova época; sua construção apontava a idéia de criar essa nova época, transformando o país. Para Holston, a proposta de mudança da capital inseriu-se em um projeto modernizador da sociedade brasileira, que tinha na arquitetura a sua face mais visível de modernidade.

Em *A capital da geopolítica*, o geógrafo José William Vesentini propôs uma “abordagem geográfica do político”, destacando, principalmente, a influência do discurso geopolítico na reordenação espacial do território brasileiro, com ênfase na estratégia denominada “marcha para Oeste”, onde estaria inscrito nosso destino como potência hegemônica. Daí o destaque que Vesentini conferiu à presença de militares nas diversas missões encarregadas de delimitar o local da nova capital, principalmente a partir do final dos anos 40.

De caráter mais histórico, a tese de Luís Carlos Lopes, *Projeto Brasília: modernidade e história*, trouxe para o centro das decisões a figura do presidente Kubitschek, apesar de enfatizar que “o caráter arbitral das decisões da presidência apoiou-se nos emergentes interesses de classe”,¹² vale dizer, na burguesia industrial que, com JK, teria assumido o controle da máquina do Estado. A ocupação do interior teria, assim, o claro objetivo de ampliar as fronteiras econômicas para a expansão capitalista nacional, São Paulo à frente. Não por acaso, afirma Lopes, a figura do bandeirante, transformado no “pioneiro” ao gosto de Vianna Moog, tornou-se o modelo do nosso *self made man*, arrojado e progressista. Nesse sentido, o Rio foi considerado incapaz de comandar a integração do mercado nacional e o desenvolvimento do novo capitalismo brasileiro. Cosmopolita, de costas para o país, com uma burocracia emperrada, a então capital federal seria impenetrável à modernização econômica necessária ao ingresso do país no mundo desenvolvido.

¹¹ HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 3.

¹² LOPES, Luís Carlos. *Projeto Brasília: modernidade e história*. São Paulo: USP, 1992, p. 51 (tese doutorado- mimeo).

É interessante notar que, apesar das diferenças, os três trabalhos acabam por concluir pela inadequação do Rio de Janeiro à concepção de uma capital segura, integradora e moderna. A disposição de Juscelino Kubitschek de interiorizar a capital teria derivado, em parte, do fato de o Rio de Janeiro ter sido o principal cenário da ampla mobilização popular durante o último governo Vargas, bem como da conspiração golpista que se seguira, e que quase impedira a sua posse. Portanto, tal como Campos Sales, Kubitschek se sentiria vulnerável diante da “agitada” e “ameaçadora” capital. Como dizia Oswaldo Orico, um dos mais próximos auxiliares do presidente, “Brasília seria uma libertação, para os governantes, das lutas sociais no Rio de Janeiro. A antiga ebulição socio-político carioca perturbava a administração do Estado.”¹³

Se a mudança da capital para Brasília – chamada ironicamente pela *Tribuna da Imprensa* de “mentira carioca”¹⁴ – provocou acirrada discussão, não menos intenso foi o debate sobre o futuro político do então Distrito Federal, transcorrido entre 1958 e 1960 no âmbito da imprensa e do Congresso.¹⁵ Três questões centralizaram esse debate: deveria o Rio de Janeiro se transformar em Cidade Livre ou território federal, como o Acre? Deveria se fundir com o Estado do Rio? Ou virar estado da Guanabara, tal como previsto pela Constituição de 1946?

Embora os componentes da conjuntura sejam essenciais para a análise dessas propostas – afinal, o futuro de um espaço político privilegiado como a capital federal envolvia uma intrincada rede de interesses político-partidários –, pode-se concluir facilmente que o elemento fundamental desse debate foi o lugar ocupado pela cidade no passado. Constantemente era lembrado que “a cidade do Rio de Janeiro já tomou feição tão particular – pelo fato de ter sido capital do Império e de continuar sendo a capital da República – que ela se distingue claramente não só da velha província fluminense, como dos demais estados da União”.¹⁶ A questão central era: como inserir no espaço federativo esse novo ente tão peculiar, que por mais de um século havia sido vitrine e espelho da nação?

¹³ Oswaldo Orico, citado por Lopes, Luís Carlos, op.cit., p. 64.

¹⁴ Mudança para Brasília: a mentira carioca. *Tribuna da Imprensa*. 29/12/1956.

¹⁵ MOTTA, Marly Silva da. “Que será do Rio? – refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro”. *Tempo*. Rio de Janeiro, 2 (4), 1997.

¹⁶ *Correio da Manhã*, 15/8/1958.

Considerada uma “matéria tormentosa”,¹⁷ a definição do futuro da cidade do Rio de Janeiro acabou sendo o principal ponto do debate parlamentar que se prolongou pelos primeiros meses de 1960. Depois de marchas e contramarchas, a opção “estado da Guanabara” acabou prevalecendo, uma vez que, prevista constitucionalmente, era a que menos necessitava de acordo político. Criado o novo estado, tratava-se agora de definir seu formato institucional e o lugar que ocuparia na federação. Ou seja, a Guanabara seria um estado especial ou mais um estado na federação?

A Lei San Tiago Dantas, aprovada na madrugada de 12 de abril de 1960, que deu as diretrizes gerais para a organização da Guanabara, primou pela ambigüidade, resultado tanto das pressões políticas contraditórias – era ano da eleição do sucessor de Juscelino Kubitschek na presidência da República –, quanto das dificuldades em definir o que seria esse estado de “delicadas peculiaridades”, como reconhecia o próprio deputado San Tiago Dantas. Alguns pontos eram especialmente delicados: quem governaria a Guanabara até a posse do seu primeiro governador a ser eleito em outubro de 1960? Um “interventor” nomeado pelo presidente ou um “governador provisório” aprovado pelo Congresso? O que aconteceria com a Câmara de Vereadores eleita em 1958 para um mandato de quatro anos? Se transformaria em Constituinte ou não? Viraria Assembléia Legislativa ou não?

Se a questão do “governo provisório” da Guanabara – de abril a dezembro de 1960 – acabou sendo definida com a indicação do embaixador Sette Câmara, pessoa de confiança do presidente JK, manteve-se a indefinição quanto ao Poder Legislativo do novo estado. Em outubro, haviam sido eleitos 30 deputados constituintes com a missão precípua de redigir a Constituição da Guanabara, a qual deveria indicar o futuro dos vereadores da antiga Câmara Municipal, chamada pejorativamente de “gaiola de ouro”. Depois de uma acirrada batalha política e jurídica, a Câmara acabou sendo extinta. Depois de promulgada a Constituição estadual em 27 de março de 1961, os 30 constituintes vieram a formar a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara (ALEG).

Uma outra questão delicada, que igualmente polarizou os debates na Constituinte, foi a definição do formato institucional da Guanabara: seria ela um “estado especial”, uma cidade-estado, ou um “estado normal”, com municípios, vereadores e prefeitos? Em virtude da falta de entendimento político, a saída foi deixar a solução com o eleitorado carioca,

¹⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. II, sessão de 4/2/1960, p. 426.

chamado a opinar em um plebiscito a ser realizado em abril de 1963, o qual acabou por confirmar a fórmula de cidade-estado, e por tabela, a ambigüidade político-institucional do mais novo – e especial – estado da federação. Afinal, seria a Guanabara um sucessor do Distrito Federal, prevalecendo a continuidade representada pelo pólo “cidade”? Ou, ao contrário, construiria uma nova identidade mais afinada com a mudança identificada com o pólo “estado”?¹⁸

A Belacap ou o *estado-capital*

A resposta poderia ser dada a partir do processo eleitoral que, em outubro de 1960, indicaria o primeiro governador da Guanabara. Essa eleição foi especial por vários motivos. Pela primeira vez, o eleitorado carioca elegeu diretamente o seu governante – os prefeitos do Distrito Federal eram indicados pelo presidente da República, e mesmo Pedro Ernesto foi eleito indiretamente pela Câmara Municipal. Foi também a eleição mais apertada – a diferença em favor de Carlos Lacerda foi de apenas 2,3% dos votos –, e a mais concorrida, uma vez que a abstenção foi mínima.

Mas foi, sobretudo, a eleição mais acirrada em termos político-ideológicos. De um lado, estava Carlos Lacerda, da UDN, um dos políticos mais polêmicos do país, e que costumava ser caricaturado na figura de um “corvo”; de outro, o petebista Sergio Magalhães, tachado de “comunista”; e, correndo por fora, Tenório Cavalcanti, político oriundo da Baixada Fluminense, que costumava portar uma metralhadora por ele chamada de “Lurdinha”.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda pertenceu a uma geração cuja atuação política foi balizada por um intenso debate ideológico: dedicado inteiramente à militância na Aliança Nacional Libertadora, nem sequer chegou a se formar em direito. No entanto, um artigo seu sobre o Partido Comunista Brasileiro, publicado na edição de janeiro de 1939 da revista *O Observador Econômico e Financeiro*, foi considerado prejudicial ao partido, e ele foi obrigado a abandonar o círculo intelectual e político de escritores e jornalistas de

¹⁸ Para o acompanhamento dos debates na Assembléia Constituinte, ver MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Niterói: ICHF-UFF, 1997 (tese de doutorado-mimeo).

esquerda. A partir de então, um forte sentimento anticomunista, associado ao antigetulismo trazido dos anos de militância esquerdista, marcaria sua identidade política.¹⁹

Vereador mais votado na eleição de 1947, Lacerda renunciou ao mandato um ano depois, quando a Lei Orgânica retirou da Câmara Municipal o poder de examinar os vetos do prefeito. Esse episódio se transformou em uma espécie de marca registrada do político emergente, que só em 1955 voltaria à atividade parlamentar. Significativamente, em seu primeiro discurso como deputado federal carioca mais votado em 1954, relembrou o “heróico” sacrifício da renúncia de sete anos antes. Como bem sabemos, o heroísmo é elemento fundamental para a construção do carisma na concepção weberiana.²⁰

Depois da curta experiência parlamentar na Câmara Municipal, Lacerda dedicou-se à *Tribuna da Imprensa*, de onde comandou implacável campanha contra Vargas, que foi decisiva para o fim antecipado do governo deste. O fato de ter sido considerado o “assassino de Vargas” não impediu, no entanto, que em outubro de 1954, apenas dois meses depois do suicídio do presidente, derrotasse Lutero Vargas na disputa pelo posto de deputado federal mais votado do Distrito Federal.

Na Câmara dos Deputados, onde permaneceu de 1955 a 1960, Carlos Lacerda foi o tribuno implacável, temido pelos rivais e adorado pelos seguidores. Em maio desse ano, lançou sua candidatura ao governo do ex-Distrito Federal, palco de sua vida política, que se transformara no estado da Guanabara. Como candidato a governador teria que demonstrar ser capaz de conciliar a arte da retórica política, na qual era um mestre, com o saber administrativo, no qual era um novato. Ao carisma do tribuno deveria, enfim, juntar a capacidade de enfrentar a atividade rotineira da administração pública.²¹

A análise da campanha eleitoral, bem como dos fatores que acabaram levando à vitória apertada de Lacerda sobre Sergio, revela elementos do campo político da agora cidade-estado que apontavam tanto para a mudança – através do objetivo de vir a se tornar um estado – quanto para a continuidade – como demonstrava a intenção de se manter como capital de fato do país.

¹⁹ DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. (v. 1: 1914-1960)

²⁰ WEBER, Max. *Économie et société*. Paris: Plon, 1971.

²¹ MOTTA, Marly Silva da. “Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados”. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

Foi a proposta de conciliação entre o passado de Distrito Federal e o presente de estado da Guanabara, entre duas esferas de inserção e de atuação — a nacional e a local, a política e a administração — que orientou a campanha vitoriosa de Carlos Lacerda. Ele venceu porque, entre outros fatores, encarnou o equilíbrio entre a promessa de mudança – construir a Guanabara “nascente” – e a certeza da continuidade – manter o Rio de Janeiro como “cabeça do país”. Venceu porque conseguiu construir uma relação positiva entre duas identidades em construção: a sua própria – de “tribuno da capital” teria que passar a chefe do Executivo estadual – e a da cidade do Rio de Janeiro, que de cidade-capital teria que se transformar em estado federado.²²

O governo Lacerda na Guanabara, em boa medida, refletiu essa dicotomia. Em seus dois primeiros anos (1961-62), investiu na mudança e privilegiou a montagem do arcabouço político-institucional do “estado bossa-nova”, como se dizia à época.

Esse processo de estadualização da Guanabara logo mostrou seus limites e especificidades, dados, por um lado, pela concepção radical de política perfilhada por Lacerda. Para o chamado “tribuno da capital”, política era guerra, era conflito. Essa concepção ia na direção contrária da atividade rotineira e cotidiana requerida para a constituição de uma estrutura político-partidária no novo estado, a qual dependia de um investimento na composição de interesses e na costura de alianças políticas, que Lacerda foi incapaz de realizar. Por outro lado, é preciso levar em conta o peso da atuação do governo federal no espaço político da ex-capital federal. Essa presença se acentuou na medida em que Lacerda incentivou o componente nacionalizador da política carioca, convencido de que a manutenção da *capitalidade* de fato do Rio de Janeiro era um fator favorável aos interesses de sua campanha para presidente da República.

O reforço dessa face do campo político carioca, que apontava para a continuidade das tradições de ex-capital federal em detrimento do processo de mudança que visava a estadualizar a Guanabara, acentuou-se a partir de 1963, uma vez que, como candidato assumido à eleição presidencial prevista para 1965, o governador carioca investiu na reafirmação da antiga *capitalidade* da cidade-estado.

²² Para o acompanhamento da primeira eleição da Guanabara, ver MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Esse projeto de fazer da Guanabara o que se pode chamar de *estado-capital*, tinha um objetivo e teve um efeito. Como *estado-capital*, a Guanabara deveria ser, tal como o Rio de Janeiro fora no passado, a vitrine da nação, onde Lacerda pretendia expor os feitos da sua administração. No entanto, ao reafirmar o papel tradicionalmente exercido pela cidade, não por acaso chamada de Belacap, o governo Lacerda não só trouxe de volta o fantasma da intervenção federal como não conseguiu estabelecer os alicerces fundadores de uma nova identidade política para o Rio de Janeiro, a de estado federado.

O Rio de Janeiro é um município qualquer?

O fracasso de Carlos Lacerda em fazer seu sucessor – em 1965, Negrão de Lima derrotou Flexa Ribeiro por uma boa margem de votos –, associado às mudanças impostas pela legislação revolucionária — fim dos partidos políticos existentes, decretado pelo AI-2 de 27 de outubro de 1965, e conseqüente implantação do bipartidarismo, determinada pelo Ato Complementar nº 4, baixado no dia 20 de novembro, pouco menos de um mês depois — resultou em sérias transformações no quadro político da Guanabara. Em termos de organização partidária, a polarização tradicional do campo político carioca teria menos dificuldades do que em outros estados para se conformar ao figurino imposto pelo regime militar: em princípio, Arena e MDB poderiam ocupar o papel antes reservado à UDN e ao PTB. No entanto, em termos de fortalecimento de lideranças políticas, o perfil de “tribuno da capital”, tipo Lacerda, deveria perder espaço para políticos como Chagas Freitas, com um estilo mais discreto, mais propenso ao entendimento, e certamente, com mais facilidade para transitar nos meandros da política local. Afinal, desde a edição do AI-3, baixado em 5 de fevereiro de 1966, os governadores estaduais passariam a ser eleitos pelas assembleias legislativas, o que demandava, além de uma excelente folha corrida junto ao regime, uma boa sustentação na política local.

O início dos anos 70 marcou a emergência de dois fatores especialmente favoráveis à estadualização da Guanabara: a concepção que o recém-eleito governador Chagas Freitas (1971-75) tinha da atividade política, aliada ao projeto do governo militar de esvaziar a *capitalidade* do Rio de Janeiro em prol de Brasília

Para a “atitude” de conceber a Guanabara como um estado contou muito o estilo político de Chagas Freitas, mais à vontade na estruturação do poder local do que na

ocupação de espaços no panorama nacional, o qual, aliás, naquele momento se encontrava em grande medida vedado aos políticos. O aval que o ministro do Exército dera à eleição de Chagas Freitas pela Assembléia Legislativa, para além das relações pessoais, havia sido uma aposta na possibilidade de ele compor as forças políticas locais, e não de se tornar uma liderança nacional de oposição.²³

Se essa concepção de política favorecia a estadualização da Guanabara, é certo também que o fechamento do regime a partir de 1968 apontou para um processo de investimento na *capitalidade* de Brasília. Dessa forma, o projeto de transformar a Guanabara em “uma unidade madura” respondia às expectativas do regime militar, interessado em retirar da Belacap os atributos de capital e em transferi-los para a Novacap. Em outras palavras, o efetivo processo de esvaziamento das funções de capital até então exercidas pela Guanabara tinha como contrapartida o investimento na sua estadualização. Não foi por acaso que, no período correspondente ao governo do general Médici (1969-1974), foi feita a transferência dos principais órgãos decisórios do estado para o novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central. O chamado “Forte Apache”, edifício que abriga o Quartel-General do Exército, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país, talvez possa ser considerado um dos símbolos mais significativos da função de capital a partir de então atribuída a Brasília.

A tentativa empreendida pelo governo Chagas Freitas de transformar a Guanabara em estado “como outro qualquer” acabou frustrada em julho de 1974, quando o deputado Celio Borja, então líder da Arena, obteve do Congresso a aprovação da lei que determinava a fusão da Guanabara com o Estado do Rio.

Dentre as inúmeras dificuldades para uma implementação bem-sucedida da fusão, não se pode deixar de lado a dificuldade de o Rio de Janeiro se ver como um “município qualquer”. Se a perda da *capitalidade* é lamentada por muitos, a “saudades da Guanabara” afeta igualmente corações e mentes dos cariocas. Não é por acaso que em determinados momentos, especialmente nos períodos eleitorais, a memória construída – e dividida – desse passado de cidade-capital e de estado da Guanabara vem à tona com vigor. Desde a campanha de 1992, a “face” administrativa de Carlos Lacerda, expressa sobretudo na

²³ MOTTA, Marly Silva da. “Rumo ao Palácio da Guanabara” e “O governador da Guanabara”. In:

construção de escolas e adutoras, viadutos e túneis, vem se tornando um “modelo a ser imitado”.²⁴ Na campanha de 2000, o “tribuno da capital” e primeiro governador da Guanabara conseguiu a proeza de ser disputado pelos dois candidatos que chegaram ao segundo turno: essa disputa pelo legado de Lacerda talvez tenha sido o único ponto em comum entre os antigos aliados e agora adversários, Luiz Paulo Conde e César Maia.²⁵

Chagas Freitas também não foi esquecido nessa campanha de 2000, só que com sinal invertido àquele conferido a Lacerda. Caracterizado como um político “menor”, com *p* minúsculo, cujos métodos e estilo – o chamado chaguismo – são identificados com o clientelismo, o caciquismo, ou pior, com o provincianismo, Chagas Freitas virou pecado capital para uma ex-capital que ainda hoje preza sua imagem de espaço-síntese da nacionalidade.²⁶

Sabemos que a memória política é um campo de batalha, com vencidos e vencedores. A vitória de Carlos Lacerda, o político carioca de maior prestígio no cenário nacional, sobre Chagas Freitas, o mais competente político carioca na montagem e na estruturação do poder local, talvez seja um bom indicativo de que o Rio de Janeiro ainda deseja “continuar sendo...”.

Bibliografia

ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skira, 1984.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires e espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. (v. 1: 1914-1960)

SARMENTO, Carlos Eduardo B.. *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

²⁴ Lacerda, o administrador que todos querem imitar. *O Globo*, 1/10/1996.

²⁵ Conde e Maia disputam legado de Lacerda. *Folha de São Paulo*, 10/10/2000; Lacerda ressurgiu como modelo dos candidatos. *O Globo*, 29/10/2000.

²⁶ Petebista acusa prefeito de reviver chaguismo. *O Globo*, 22/10/2000.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Luís Carlos. *Projeto Brasília: modernidade e história*. São Paulo: USP, 1992 (tese doutorado- mimeo).

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Que será do Rio? – refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo*. Rio de Janeiro, 2 (4), 1997.

_____. Rumo ao Palácio da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. O governador da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. *O Rio de Janeiro continua sendo: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Niterói: ICHF-UFF, 1997 (tese de doutorado-mimeo).

_____. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2 (3):3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 5 (10):200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

WEBER, Max. *Économie et société*. Paris: Plon, 1971.